



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**DECRETO Nº 11.405, DE 05 DE SETEMBRO DE 2018.**

**HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE  
DROGAS – COMAD.**

O Prefeito de Itajaí, no uso das atribuições conferidas no art. 47, inciso VII da Lei Orgânica do Município, com fundamento na Lei nº 5.579, de 24 de agosto de 2010, e considerando o teor do processo administrativo nº 2400051/2018;

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica homologado o Regimento Interno Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas – COMAD, objeto do Anexo Único do presente Decreto.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 05 de setembro de 2018.

  
**VOLNEI JOSÉ MORASTONI**  
Prefeito Municipal

  
**GASPAR LAUS**  
Procurador-Geral do Município



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**ANEXO ÚNICO**

**REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE  
DROGAS – COMAD**

**CAPÍTULO I**  
**DA NATUREZA E DA FINALIDADE**

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – COMAD de Itajaí, órgão consultivo, normativo, de deliberação coletiva, tem como finalidade dedicar-se à causa de políticas públicas sobre drogas, cumprindo-lhe, integrar, estimular e coordenar a participação de todos os segmentos sociais do município, de modo a assegurar a máxima eficácia das ações a serem desenvolvidas visando à conscientização e a prevenção ao uso de drogas.

**Art. 2º** Ao Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD compete:

- I - estabelecer as diretrizes e propor a política de prevenção, repressão e fiscalização de entorpecentes, visando à integração ao Sistema dos órgãos do Estado e Município, para a realização dos objetivos visados;
- II - cadastrar, fiscalizar, orientar e apoiar as entidades que, no âmbito do Município, desempenhem atividades de recuperação e reajustamento social do dependente;
- III - instituir e desenvolver o Programa Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas - PROMAD, destinado ao desenvolvimento das ações de minimização ao uso de drogas;
- IV – instituir o REMAD – Recursos Municipais Sobre Drogas, que será gerido pelo órgão fazendário municipal, cabendo ao COMAD o acompanhamento e a sua avaliação, assim como, no tocante à destinação e emprego dos recursos e fiscalização;
- V- acompanhar o desenvolvimento das ações realizadas pelas entidades que atuam na área de prevenção, tratamento, recuperação, reinserção social e redução de danos;
- VI - apoiar e auxiliar os órgãos encarregados de promover a ação fiscalizadora, na forma da lei, sobre os produtos e substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica;
- VII - propor ao Prefeito e à Câmara Municipal medidas que assegurem o cumprimento dos compromissos assumidos mediante a instituição da lei municipal 5.579 de 24 agosto de 2010.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - COMAD deverá avaliar periodicamente a conjuntura municipal, mantendo atualizados o Prefeito e a Câmara Municipal, quanto ao resultado de suas ações.

**Art. 4º** De forma a contribuir para o aprimoramento dos Sistemas Nacional e Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, o Conselho Municipal de Políticas Sobre Drogas - COMAD, através da remessa de relatórios freqüentes, deverá manter a Secretaria Nacional de Políticas sobre drogas - SENAD, e o Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN, permanentemente informados sobre os aspectos de interesse relacionados à sua atuação.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**CAPÍTULO II**  
**DA COMPOSIÇÃO E DA ORGANIZAÇÃO**

**Art. 5º** O COMAD tem a sua composição regulamentada pela Lei Municipal nº 5.579/2010 e por este Regimento Interno, sendo paritário entre o poder público e a sociedade civil organizada, sem prejuízo de outras áreas que o poder público julgar conveniente.

**Art. 6º** Os membros do COMAD serão nomeados pelo Prefeito Municipal, mediante indicação dos respectivos órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal e das respectivas entidades não governamentais.

**Art. 7º** São órgãos do COMAD:

I – Plenário;

II – Presidência;

III – Secretaria Executiva;

IV – Comitê dos Recursos Municipais sobre Drogas - REMAD.

§ 1º Para fins deste Regimento, constitui-se, ainda, como órgãos do COMAD:

I - Vice-Presidência;

II - Programa Municipal de Políticas sobre Drogas – PROMAD;

III - Comissões Especiais.

§ 2º O Plenário, órgão máximo do COMAD, é constituído pelos seus membros e será presidido pelo seu Presidente.

§ 3º O Conselho elegerá, dentre os membros que o compõem, um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário Executivo, através do voto secreto ou por consenso do Plenário.

§ 4º O Presidente, nas suas ausências e impedimentos será substituído pelo Vice-Presidente.

§ 5º Nas ausências e impedimentos do Vice-Presidente, promover-se-á a escolha de um conselheiro para presidir a reunião.

§ 6º Nas ausências e impedimentos do Secretário Executivo, aquele que estiver presidindo a reunião, definirá um conselheiro para desempenhar as atividades de atribuição do Secretário Executivo.

**Art. 8º** O mandato do Presidente, do Vice-Presidente, do Secretário Executivo, do PROMAD e do Comitê-REMAD terá duração de 02 (dois) anos.

§ 1º O PROMAD e o Comitê-REMAD serão respectivamente constituídos por 03 (três) membros titulares e 02 (dois) membros suplentes, eleitos pelo Plenário mediante votação secreta ou por consenso.

§ 2º As Comissões Especiais serão compostas por membros do COMAD que escolherão entre si um coordenador para representá-la, dirigir, presidir e orientar as atividades.

**Art. 9º** O mandato dos conselheiros é de 02 (dois) anos.

§ 1º Perderá o mandato:





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

I – o conselheiro que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 05 (cinco) intercaladas no período de um ano, salvo justificativa por escrito, aprovada por maioria simples;

II – o conselheiro que expressamente renunciar ao mandato.

§ 2º No caso da perda ou desistência do mandato do titular, seu suplente o substituirá automaticamente até o final do biênio correspondente, na condição de conselheiro efetivo, devendo ser designado outro suplente para a ocupação da sua vaga.

§ 3º Na hipótese do conselheiro que perder seu mandato ser detentor de um cargo eletivo, a eleição para o cargo vago será realizada na reunião seguinte do Conselho.

§ 4º Havendo renúncia ou exoneração do titular ou suplente o COMAD, através da Secretaria Executiva, comunicará imediatamente, por escrito, entidade ou órgão público que o conselheiro representa, solicitando sua substituição no prazo de 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento da referida notificação.

§ 5º Vencido o prazo da notificação citada no parágrafo anterior, sem que haja nenhuma manifestação da entidade civil organizada ou do órgão público, o Presidente do COMAD, ouvindo o Plenário, oficializará o Prefeito, a fim de que este tome as medidas cabíveis perante o órgão público do conselheiro faltoso, renunciante ou exonerado, providenciando a substituição do conselheiro ou até mesmo do órgão.

**Art. 10.** Na hipótese de haver empate na votação entre os membros do COMAD, proceder-se-á:

I - quando a votação tratar-se de escolha para cargos, se realizará uma segunda votação, entre aqueles cujo empate verificou-se. Persistindo o empate, o Presidente do COMAD terá o voto de desempate;

II - quando tratar-se de qualquer outro tipo de votação, o Presidente do COMAD terá o voto de desempate.

**CAPÍTULO III**  
**DA COMPETÊNCIA**

**Art. 11.** No contexto das atividades inerentes à conscientização, prevenção e redução da demanda de drogas, ao Plenário compete:

I – atuar no sentido de concretizar os objetivos do COMAD;

II – aprovar as propostas de programas, planos, Regimento Interno, e demais medidas inerentes à criação do COMAD e do REMAD;

III – eleger os conselheiros para exercício das funções de acompanhamento e avaliação da gestão do REMAD;

IV – aprovar a proposta orçamentária anual e os planos anuais de aplicação dos recursos do REMAD apresentados pelo órgão fazendário municipal;

V – referendar a avaliação do Comitê-REMAD sobre a gestão dos recursos do REMAD sendo que a Secretaria Executiva elaborará os relatórios periódicos sobre a sua aplicação, providenciando seu envio ao Prefeito e à Câmara Municipal;

VI - A Secretaria Executiva elaborará os relatórios periódicos sobre as ações do COMAD, providenciando seu envio ao Prefeito e à Câmara Municipal;



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

VII – remeter cópia da aprovação da proposta orçamentária, dos planos anuais de aplicação dos recursos do REMAD e do correspondente relatório periódico à Secretaria Nacional Antidrogas - SENAD e Conselho Estadual de Entorpecentes - CONEN.

**CAPÍTULO IV**  
**DAS ATRIBUIÇÕES**

**Art. 12.** Ao Presidente compete:

- I – representar oficialmente o Conselho – COMAD;
- II – convocar e presidir as reuniões plenárias, dando execução às decisões correspondentes, bem como, possuindo direito a voto, inclusive o voto de desempate;
- III – assinar a correspondência oficial do COMAD;
- IV – fomentar convênios e promover intercâmbio técnico-cultural e/ou científico com órgãos do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - SISNAD, com órgãos internacionais e com setores da Administração Pública, relacionados ou especializados em políticas públicas sobre drogas;
- V – realizar e estimular a realização de estudos e pesquisas sobre temas de interesse do Conselho, promovendo a mais ampla divulgação dos mesmos;
- VI – propor comissões de trabalho que serão assumidas voluntariamente pelos membros ou designar os membros destas comissões quando não houver voluntários;
- VII – proceder à abertura e o encerramento de todos os livros usados pelo COMAD, rubricando todas as folhas;
- VIII – praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do COMAD;
- IX – cumprir e fazer cumprir este Regimento Interno;
- X – assinar conjuntamente com o Secretário Executivo o relatório final de atividade;
- XI – emitir deliberação para estabelecer sistemáticas de procedimentos quando a demanda ou a necessidade do caso assim exigir e quando houver a necessidade de regulamentação de determinado assunto de interesse do Conselho.

**Art. 13.** Ao Vice-presidente compete:

- I – substituir o Presidente em suas funções e atividades, em suas ausências e impedimentos;
- II – auxiliar o Presidente na execução das medidas propostas pelo Conselho.

**Art. 14.** A Secretaria-Executiva compete:

- I – planejar, sistematizar, supervisionar e coordenar a execução das atividades de apoio técnico e administrativo necessárias ao funcionamento do COMAD;
- II – levantar e sistematizar as informações que permitam ao COMAD tomar decisões previstas em lei;
- III – expedir atos de convocação de reuniões, por determinação do Presidente;
- IV – auxiliar o Presidente na preparação das pautas, classificando as matérias por ordem cronológica de entrada no protocolo e distribuindo-as aos conselheiros para conhecimento;
- V – secretariar as reuniões do Conselho, redigir as atas, resoluções e outros documentos encaminhados ao Presidente, Vice-Presidente, representantes do REMAD e demais conselheiros,





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

conforme suas necessidades e deliberações da reunião, bem como promover as medidas necessárias ao cumprimento das decisões do Plenário;

VI – preparar e dar publicidade a todas as decisões proferidas pelo Conselho;

VII – praticar os demais atos necessários ao cumprimento dos objetivos do Conselho;

VIII – elaborar e gerenciar os relatórios que foram solicitados pelos diversos órgãos estatais, federais e municipais, bem como aqueles solicitados pela Presidência e pelo Plenário do Conselho.

**Art. 15.** Compete ao Programa Municipal de Políticas Públicas sobre Drogas – PROMAD:

I – elaborar anualmente o plano de ação do COMAD e executá-lo, após a aprovação do Plenário;

II – elaborar material informativo para que de forma sistemática e continua o COMAD, além de divulgar suas ações, possa criar a consciência preventiva no município;

III – exercer outros encargos necessários ao regular funcionamento do COMAD.

**Art. 16.** As Comissões Especiais são órgãos internos do COMAD, responsáveis pela fiscalização, normatização, planejamento, apoio administrativo e fiscal, consultoria e execução, em suas áreas específicas, e serão compostas por qualquer quantidade de conselheiros.

§ 1º As Comissões Especiais serão formadas por conselheiros referendados pelo Plenário do COMAD, preferencialmente por aqueles que possuírem habilitação técnica na área da respectiva Comissão.

§ 2º As Comissões Especiais serão permanentes quando a sua área de atuação específica for essencial ao funcionamento do COMAD e temporárias quando se fizerem necessárias apenas para atender necessidades transitórias e desconstituírem-se tão logo alcancem os objetivos que motivaram a criação das referidas comissões.

§ 3º As Comissões poderão solicitar a colaboração de profissionais especializados para a realização de suas tarefas específicas que serão indicados pelo Presidente do COMAD e nomeados pelo Prefeito Municipal.

**Art. 17.** Tanto no PROMAD quanto nas Comissões Especiais, se elegerá um coordenador e um relator, responsáveis pela dinâmica dos trabalhos.

**Art. 18.** Aos conselheiros titulares ou suplentes no exercício de suas funções compete:

I – participar das reuniões do Conselho, com direito a voz e voto;

II – executar as tarefas que lhes forem atribuídas nos grupos de trabalho, as que lhe forem individualmente solicitadas e nas comissões especiais;

III – elaborar propostas de programas, planos, regimento interno, assim como do REMAD e demais medidas a que se refere à lei de criação do COMAD;

IV – manter entidade/órgão que representa regularmente informada (o) sobre as atividades e deliberações do Conselho;

V – manter sigilo dos assuntos veiculados no Conselho, sempre que determinado pelo Plenário;

VI – convocar reuniões mediante a subscrição de 1/3 (um terço) dos membros;

VII – manter conduta ética compatível com as atividades do Conselho.

§ 1º Cada conselheiro terá direito a um voto, sendo vedado o voto por procuração.

§ 2º Na ausência do conselheiro titular, o respectivo suplente assumirá o cargo para o exercício de suas funções.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

§ 3º Conceder-se-á licença aos membros titulares do COMAD, por prazo não superior a 30 (trinta) dias, desde que solicitada por escrito ao Presidente, devidamente justificada e fundamentada.

**CAPÍTULO V**  
**DO FUNCIONAMENTO DO COMAD**

**Art. 19.** O COMAD reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia e hora a serem aprovados em Plenário ou extraordinariamente, mediante a convocação de seu Presidente ou a requerimento de 1/3 (um terço) de seus membros com direito a voto, observando, o prazo mínimo para ciência dos conselheiros antes da data da reunião de 03 (três) dias para a realização das reuniões ordinárias ou extraordinárias.

**Art. 20.** O Plenário do COMAD instalar-se-á e deliberará com a presença de 2/3 (dois terços) de conselheiros em primeira chamada, e com qualquer número de conselheiros presentes em segunda chamada, sendo que esta será realizada após 15 (quinze) minutos do início da reunião.

**Art. 21.** É facultado ao Presidente e aos conselheiros ou suplentes no exercício de suas funções, solicitar o reexame, por parte do Plenário, de qualquer resolução exarada em reuniões anteriores, justificando possível ilegalidade, correção ou inadequação técnica ou de outra natureza.

**Art. 22.** O voto divergente poderá ser expresso na ata de reunião, a pedido do membro que o proferir.

**Art. 23.** As conclusões do Plenário do COMAD serão consubstanciadas, respectivamente em Deliberações, Portarias, Resoluções, Pareceres ou Recomendações.

**Art. 24.** As reuniões serão públicas, salvo quando se tratar de matéria sujeita a sigilo, em conformidade com a legislação específica, ou quando algum conselheiro o solicitar, devendo ser a questão objeto de decisão do Plenário.

**Art. 25.** As questões sujeitas à análise do COMAD serão autuadas em processos e classificadas por ordem cronológica da entrada no protocolo, sendo distribuídas aos conselheiros pela Secretaria Executiva, para conhecimento, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias das reuniões ordinária ou extraordinária.

**Art. 26.** Os trabalhos do Plenário terão a seguinte sequência:

I – verificação das presenças do Presidente e Vice-Presidente e na hipótese das ausências, promover a escolha de um conselheiro para presidir a reunião, e conduzir os trabalhos, conforme previsto neste Regimento;

II – verificação da presença do Secretário (a) e se ausente, promover a escolha de um conselheiro, pelo Presidente, para secretariar essa reunião;

III – verificação de presença e existência de quórum mínimo de conselheiros com direito a voto para instalação do Plenário;





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

- IV – leitura, votação e assinatura da ata da reunião anterior;
- V – leitura e despacho de expediente;
- VI – ordem do dia, compreendendo apresentação, leitura discussão e votação das matérias, projetos, relatórios, pareceres e resoluções;
- VII – distribuição de processos aos conselheiros e/ou coordenadores das Comissões;
- VIII - comunicações breves e concessão da palavra;
- IX- organização da pauta seguinte;
- X – encerramento.

**Parágrafo único.** Em caso de urgência ou de relevância, o Plenário, por maioria de votos, poderá alterar a sequência dos incisos estabelecidos neste artigo.

**CAPITULO VI**  
**DOS RECURSOS MUNICIPAIS SOBRE DROGAS – REMAD**

**Art. 27.** Ao Comitê de Recursos Municipais sobre Drogas – REMAD compete:

- I – acompanhar e fiscalizar a gestão dos recursos do REMAD, que é de responsabilidade do órgão fazendário municipal;
- II – submeter ao Plenário as prestações de contas e o balanço anual do REMAD;
- III – elaborar o orçamento do PROMAD e submetê-lo ao Plenário para conhecimento;
- IV – manter sob sua guarda, em perfeita ordem, os títulos, valores, livros e documentos contábeis e a escrituração contábil do REMAD;
- V – apresentar ao Plenário, quando solicitado, o demonstrativo pormenorizado da situação financeira do REMAD;
- VI – manter sob sua guarda, segundo determinações legais e diretrizes do órgão judiciário, a administração dos bens patrimoniais e os controles necessários sobre os bens patrimoniais ativos e o respectivo inventário;
- VII – exercer outros encargos necessários ao regular funcionamento do COMAD.

**Art. 28.** O REMAD será gerido pelo órgão fazendário municipal que se incumbirá da execução orçamentária e do cronograma físico-financeiro referente à proposta orçamentária anual aprovada pelo Plenário.

**Art. 29.** O Comitê-REMAD deverá prestar contas ao Plenário nos meses de junho e novembro de cada ano e a qualquer data, em reunião extraordinária, referente aos recursos inerentes ao respectivo Fundo.

**§ 1º** Os recursos do REMAD serão aplicados em:

- I – financiamento total ou parcial de programas de capacitação e formação profissional sobre educação, redução de danos, prevenção, tratamento, reabilitação e procedimentos que visem alcançar as metas propostas na política municipal de Políticas Públicas sobre Drogas;
- II – promoção de estudos e pesquisas sobre o problema do uso indevido e abuso de drogas, entorpecentes e substâncias que determinem dependência física ou psíquica;
- III – aquisição de material permanente, de consumo e outros necessários ao desenvolvimento dos programas acima mencionados;





**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

IV – construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de bens móveis e imóveis para prestação de serviços necessários à execução da política municipal de Políticas Públicas sobre Drogas e para sediar o COMAD;

V – ressarcimento, mediante comprovação de despesas com inscrição, transporte, estadia e alimentação, aos conselheiros do COMAD que participarem de seminários, congressos, cursos de formação e capacitação e outros eventos diretamente relacionados com as atividades desenvolvidas pelo COMAD;

VI – atendimento de despesas diversas necessárias à execução das ações e serviços mencionados nos artigos 20, 21 e 22 da Lei Federal nº 11.343 de 23 de agosto de 2006.

§ 2º O REMAD homologará, de acordo com critérios estabelecidos em Resolução, deliberado pelo Plenário do COMAD, o repasse de recursos do Fundo de Recursos Municipais de Política Públicas sobre Drogas para entidades, comunidades terapêuticas, organizações civis e programas regularmente inscritos que desenvolvam políticas de redução, tratamento e prevenção ao uso de substâncias psicoativas.

§ 3º As transferências de recursos processar-se-ão mediante convênios, contratos, acordos, ajustes e/ou similares, obedecendo à legislação vigente sobre a matéria e de conformidade com os programas, projetos e serviços aprovados pelo COMAD.

§ 4º - Para fins de repasse de verbas, parcerias e contratos de prestação de serviços, a entidade beneficiária deverá ser cadastrada e fiscalizada pelo COMAD.

§ 5º O Comitê-REMAD, atendendo indicação e solicitação do PROMAD, poderá contratar serviços de apoio administrativo, assessoria e consultoria, elaboração de projetos, captação de recursos, levantamento de dados, treinamento e capacitação dos conselheiros, utilizando os recursos inerentes ao respectivo Fundo, desde que referendado pelo Plenário do COMAD.

**Art. 30.** Todo o ato de gestão financeira do REMAD será realizado por força de documentação comprobatória de sua realização, devendo ser registrada na contabilidade mediante a classificação em conta adequada, em conformidade com o disposto na contabilidade pública – Lei nº 4.320/64.

**Art. 31.** Constituirão receitas do REMAD:

I – dotações orçamentárias próprias do Município;

II – repasses, subvenções, doações, contribuições ou quaisquer outras transferências de recursos de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, entidades nacionais e internacionais, organizações governamentais e não-governamentais.

**Art. 32.** Toda utilização dos recursos provenientes do REMAD fica sujeita aos princípios da administração pública geral.

**CAPÍTULO VII**  
**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

**Art. 33.** O presente Regimento Interno só poderá ser modificado por proposta de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos membros do Conselho, por proposta do Presidente ou do Vice-Presidente, referendada pela maioria absoluta dos conselheiros.



**MUNICÍPIO DE ITAJAÍ**  
**PROCURADORIA-GERAL**  
**PROCURADORIA LEGISLATIVA**

**Art. 34.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Plenário.

**Art. 35.** Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação, em conformidade com o art. 11 da Lei Municipal nº 5.579, de 24 de agosto de 2010.